

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.265 - PT (2019/0028067-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FARO - JUÍZO
LOCAL CRIMINAL DE ALBUFEIRA - JUIZ 1
INTERES. : ANDRE DA SILVA BONANCIN
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTERIO DA JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à notificação da parte interessada para que tome conhecimento de despacho que recebeu a acusação pela prática de crime de "condução de veículo sem habilitação legal" e para que preste o termo de identidade e residência (fls. 6-10).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 37-38.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, manifestou-se pela não concessão do *exequatur*. Alegou ser indispensável a intimação pessoal do interessado para o exercício do direito de defesa. Pleiteou, ao fim, a concessão dos benefícios da justiça gratuita e sua intimação pessoal para acompanhar o feito (fls. 43-46).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 49).

É o relatório. Decido.

De início, defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.

Todavia, não merecem prosperar os demais argumentos aduzidos pela curadoria especial.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

No mais, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Paraná, para as providências cabíveis.

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

